

Deputado Joaquim Machado

24 de Setembro 2002

Comunicação Política

DA EDUCAÇÃO

O sucesso educativo não pode ser dissociado dos recursos que são consignados à Escola – recursos humanos, meios financeiros, instalações, tecnologias, espaços e tempos formativos.

Na semana passada milhares de alunos regressaram à escola nas nossas ilhas.

Depararam uma vez mais com muitas instalações sobrelotadas, degradadas e pouco funcionais.

A erosão que o tempo sempre provoca na qualidade e organização dos edifícios escolares, em rigor, é bastante menor do que as consequências do incumprimento do calendário de obras que o Governo Regional prometeu repetidas vezes. Todos sabemos por experiência que a degradação de um edifício acelera vertiginosamente se a intervenção requerida não se efectuar no momento certo.

A requalificação do parque escolar dos Açores continua a marcar passo. Há obras atrasadas, outras adiadas e outras ainda abandonadas.

Sem instalações condignas, seguras e funcionais compromete-se uma boa parte do sucesso escolar. Perde-se muito do esforço e competência dos professores.

Falta de dinheiro, incompetência e má gestão explicam o incumprimento da Carta Escolar. Nada disto é novo. Já vem de outros anos e o Governo socialista não corrige essa trajectória de falhanços que ele próprio desenhóu.

Das obras prometidas, vezes sem fim, nem sinal... Na “Roberto Ivens”, na “Domingos Rebelo”, ou em S. Vicente Ferreira. E das novas – Levada e S. Carlos – nem falar.

A prometida escola básica dos Ginetes, que devia estar a funcionar desde Setembro de 2001, ainda agora vai nos toscos. Entretanto os alunos foram repartidos pela sede da filarmónica, pela Casa do Povo e pela escola do 1º Ciclo da freguesia.

A escola Roberto Ivens, que devia encerrar para obras, afinal até recebeu alunos de fora da sua área pedagógica... e as obras não arrancam.

E assim por diante.

A planificação de obras de remodelação e construção de novas instalações falha todos os dias. E cada dia que passa aumenta previsivelmente o seu custo. Assim, pagamos duas vezes a incompetência do Governo Regional!

Senhor Presidente

Senhores Deputados

O Partido Socialista assume-se programaticamente como o partido da consciência social, arvorando a bandeira da defesa dos mais pobres e dos mais desprotegidos da sociedade.

Mas a verdade é que aqui, nos Açores, o Secretário Regional da Educação e Cultura vem paulatinamente a colocar o socialismo na gaveta.

O caso é muito simples. Desde 1991, o então designado Ensino Nocturno passou a reger-se por um novo modelo chamado Ensino Recorrente. O seu objectivo é, essencialmente, permitir às pessoas que não tiveram a possibilidade de fazer a sua escolaridade na altura e na idade próprias, consegui-la, ao seu ritmo, com grande flexibilidade e em horário pós-laboral.

Já este ano estrutura do Ensino Recorrente foi profundamente alterada e dela só se mantém praticamente o nome. O resultado é que a mobilidade dos alunos entre os Açores e o resto do País já não é possível fazer-se automaticamente como até aqui e nem sabemos como se irá na processar na prática com as alterações agora introduzidas.

Acabou-se com uma das características essenciais do Recorrente, que era a flexibilidade, ou seja, a possibilidade de serem os alunos a definir o seu ritmo e o programa dos seus estudos. Ao mesmo tempo foi criado um sistema de propinas altamente censurável e socialmente injusto. Por exemplo: um aluno matriculado este ano lectivo, em qualquer escola de Portugal, paga €3,15 euros, cerca de 632\$00. O mesmo aluno nos Açores paga 120 euros (24.058\$00), isto se o aluno tiver menos de 25 anos porque se tiver mais de 25 anos desembolsa 240 euros, mais de 48 mil escudos. E a rematar, em contradição com tudo o que deveriam ser as preocupações pedagógicas de um secretário da Educação, cria-se também uma taxa de matrícula e inscrição agravada em 50% aos alunos do ensino recorrente que tenham de repetir alguma disciplina.

A breve trecho, o resultado destas medidas será o encerramento do ensino nocturno na maioria das escolas dos Açores. Este sistema é socialmente injusto. Agrava desigualdades dentro do território português e penaliza todos aqueles que efectivamente desejam estudar, ter acesso à progressão das suas carreiras profissionais e melhorar os seus conhecimentos e a sua cultura. A receita socialista de agora parece ser a de quem tem dinheiro estuda, quem não tem tivesse e fique analfabeto.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Outra área importante do sucesso educativo é o quadro de pessoal docente. Felizmente regista-se nos Açores, como em todo o país, uma melhoria significativa neste domínio, com quase 100% de professores profissionalizados. A saída de centenas de alunos formados das universidades tem permitido o preenchimento de vagas que antigamente ficavam desertas.

Todavia, há muita gente habilitada para o exercício da docência que vai ficando no desemprego, à espera de uma oportunidade para ser professor, como é sua vocação, e que para tanto trabalhou. O Estado, no caso a Região, não pode ser uma agência de emprego para todo aquele ou aquela que tem um curso superior. Mas a rede de ensino oficial dos Açores podia, e devia, ter mais professores, de modo a elevar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e assim ultrapassarmos o nosso atraso estrutural, também no domínio da qualificação dos recursos humanos.

Em vez disto, o Governo Regional poupa a todo o custo na educação, por exemplo, não abrindo uma só vaga para ingresso nos quadros de professores do 1º Ciclo, quando se apresentaram a concurso mais de 500 candidatos, ou disponibilizando um lugar para História e outro para Filosofia, quando foram opositores ao concurso 140 candidatos. Ainda mais um exemplo: abriu 33 vagas para professores de Português, Francês e Inglês e depois contratou para esses mesmos grupos disciplinares 50 dos 687 candidatos...

Neste começo de ano lectivo colocam-se outros três problemas relativamente ao pessoal docente - preparação para a reorganização curricular, formação contínua e estágios pedagógicos.

A reorganização curricular do 3º Ciclo inicia-se sem que o Governo Regional tenha preparado devidamente os docentes para as novas áreas curriculares não disciplinares. Nem tão pouco apetrechou as escolas com os equipamentos informáticos necessários para a iniciação dos alunos nas tecnologias de informação e comunicação, conforme a lei prevê (Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro). Manda a verdade dizer que as tecnologias de informação e comunicação enchem os discursos oficiais, mas continuam a faltar na Escola: não existem, são em número absolutamente insuficiente ou não funcionam.

Por outro lado, à “ausência de coordenação no processo de formação contínua”, está associada a falta de um plano estratégico de qualificação do pessoal docente em áreas como o estudo acompanhado, a formação cívica, as novas tecnologias e os conteúdos regionais passíveis de adaptação e inclusão nos programas curriculares nacionais.

Quanto aos estágios integrados o secretário da Educação impôs aos alunos da Universidade dos Açores um modelo de duvidosa validade científica e pedagógica, aboliu a remuneração pelo trabalho prestado e, sobretudo, prejudica-os em futuros concursos por não contar esse tempo de serviço, como continua a acontecer com os estagiários do resto do país.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ainda que parcialmente, o sucesso educativo depende dos recursos financeiros e da sua boa gestão. A percentagem do PIB que afectamos à educação é superior à média nacional? Ainda bem que assim é. Mas isso não significa que em termos nominais os gastos sejam de facto elevados e eficientes. Desde logo, porque o PIB per capita dos Açores (1998) é somente 69,4% do nacional (menos 0,1 pontos percentuais do que em 1995). Depois, o atraso estrutural de Portugal e, portanto, também dos Açores no domínio da alfabetização formal e funcional implica um esforço acrescido para recuperar caminho e tempo perdidos.

E falta, sobretudo, mais qualidade no investimento. Não basta despender verbas supostamente avultadas. Uma despesa só se justifica se fundamentada em critérios e objectivando metas. E essa planificação tem falhado redondamente. Quem não tem visão de futuro perde-se no imediato! Dispersa e desperdiça recursos essenciais ao desenvolvimento da Região. Gastamos na educação. Infelizmente não investimos quanto devíamos no futuro.

Os meios financeiros disponibilizados às escolas continuam a ser escassos. Algumas gerem verbas de montante idêntico ao que usufruíam há anos, quando se sabe que a despesa aumenta com o passar do tempo, por mais parcimónia que se faça.

Os cortes na educação não são de agora. Em 2001, para além da cativação de verbas, que muitas dificuldades originou aos órgãos de gestão das escolas, as verbas do Plano sofreram um corte de 14,3%, relativamente ao ano anterior. Tudo serve de pretexto para reduzir a despesa na educação. Exemplo paradigmático disso é o encerramento indiscriminado de escolas do 1º Ciclo, de que o episódio mais recente é o fecho da Escola da Volta, aqui na cidade da Horta, contra a vontade dos pais e todo o Poder Local. E este é apenas um dos casos da cruzada pessoal em que se envolveu o secretário da Educação, num exercício de autoritarismo que tem sido, em várias ilhas dos Açores, objecto da contestação impotente dos pais.

Infelizmente este perfil autoritário é também causa do conflito permanente que o secretário regional da Educação mantém com as associações sindicais representativas dos professores, em vez de as considerar parceiros estratégicos na importante tarefa comum que é criar boas oportunidades de ensino para os nossos filhos. O tom autoritário e arrogante do secretário regional da Educação e Cultura na sua relação com os sindicatos dos professores é inadmissível em democracia. Ao secretário da Educação exige-se mais respeito. E também transparência nos processos de audição e decisão que a lei e o bom senso recomendam que se faça em diálogo e concertação.

Nos Açores, na vigência da Autonomia Democrática, nunca os sindicatos foram tão ameaçados nos seus direitos e liberdades.

O secretário regional da Educação chegou ao ponto de comunicar às escolas que a ausência de diversos docentes “por motivo de actividade como dirigente sindical deve ser considerada como injustificada”. Em face deste impedimento os professores vêm desenvolvendo a actividade de dirigentes sindicais por conta do seu tempo de férias.

Porque aos representantes eleitos dos trabalhadores a Constituição confere a protecção legal adequada contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação no exercício legítimo das suas funções e sendo o Parlamento também guardião do texto fundamental, o Grupo Parlamentar do PSD vai apresentar uma Resolução que objectiva a compatibilização da liberdade sindical com a realização do interesse público da educação.